

3. “POR QUE MOÇAMBIQUE É POBRE?” UMA ANÁLISE DO DISCURSO DE ARMANDO GUEBUZA SOBRE A POBREZA

Sérgio Chichava

Introdução

A extraordinária redução da pobreza em algumas partes do globo nas últimas décadas, em especial na Ásia, sobretudo na China, capturou a nossa imaginação: quem sabe não poderíamos viver num mundo em que ninguém mais sofresse com a pobreza ainda nas próximas décadas, fazendo da pobreza apenas mais um dos capítulos na nossa evolução histórica? Governos, académicos, instituições financeiras e de desenvolvimento, todos estão empenhados na luta contra a pobreza.

Embora se considere 1990 como o ano em que a luta contra a pobreza passou a figurar como uma missão prioritária pelas instituições internacionais, nomeadamente o Banco Mundial (BM), que dedicou a edição daquele ano do “*World development report*” à pobreza, a luta contra a pobreza é um tema já recorrente desde os anos 1970. Pode citar-se aqui o famoso discurso de Robert S. McNamara, então presidente do BM, pronunciado em Nairobi em 1973, no qual, para além de ter introduzido o conceito de “pobreza absoluta”, afirmava que a erradicação da pobreza até ao final do século XX devia ser um dos grandes desafios da humanidade (Deaton, 2008:15). A Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Social, realizada em Copenhaga em Março de 1995, é outro dos grandes marcos na preocupação cada vez maior com a pobreza e o seu combate. A adopção dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) em 2000 por um conjunto de 189 países é outro marco neste movimento mundial (Sindzingre, 2006:10-11)¹. Enfim, pode-se também citar o relatório do Banco Mundial sobre o desenvolvimento de 2000-2001, intitulado “*Attacking poverty*”, onde esta instituição declarava que a erradicação da pobreza era doravante a sua razão de existência, como um dos indicadores da mudança por parte destas instituições. Para tal, o BM e o FMI passaram a condicionar a assistência ao desenvolvimento (alívio da dívida, acesso a emprés-

timos concessionais) à elaboração de um plano de acção contra a pobreza (*Poverty Reduction Strategy Papers*) (*Ibid*)².

Sendo Moçambique, de acordo com os dados do PNUD, um dos países menos desenvolvidos do mundo (ocupando, em 2007, a 172^a posição numa lista de 177 países no que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano⁴, e com 54% da sua população a viver com menos de um dólar por dia) e dependente de doadores (cerca de 53% de acordo com o Orçamento de 2009), é óbvio que este tema, à semelhança do que acontece em todos os países pobres, também constitua, pelo menos oficialmente, prioridade por parte das elites políticas locais, dos académicos e da sociedade civil em geral.

Neste artigo, não se discutem as diversas estratégias existentes para se combater a pobreza em Moçambique, o seu impacto social, ou ainda os debates acerca da conceptualização do fenómeno da pobreza; a quem interessar, a literatura sobre todos estes assuntos é vasta (Stewart et al:2007; Hagenaaers:1986). Ao longo do texto, o que se procura é compreender o discurso e a percepção dos políticos em torno desta problemática.

No caso, parte-se do pressuposto de que a percepção de um determinado fenómeno social, de seus contornos e causas, neste caso da pobreza, determina a (s) maneira (s) de combatê-lo. Fundado nesta premissa epistemológica, este artigo pretende analisar o discurso político sobre a pobreza de Armando Guebuza, presidente de Moçambique desde 2005. A escolha do discurso de Guebuza não significa que o tema da pobreza tenha começado a ser abordado apenas por ele, mas ao facto de ser ele o actual presidente do país e predominar na cena política nacional, e, igualmente, por ser um discurso, na sua grande parte, radicalmente diferente dos seus predecessores.

Com efeito, a pobreza e a luta contra a pobreza ocupam um importante lugar no discurso da Frelimo desde a independência do país em 1975. Várias estratégias político-económicas para se combater a pobreza foram ensaiadas. Da mesma forma, várias explicações sobre as causas da pobreza foram dadas. Nessa época, a pobreza que afligia os moçambicanos era vista como consequência directa do colonialismo português, cuja política envolvia não só enriquecer Portugal às custas do suor moçambicano como manter os moçambicanos em perpétua dependência da benevolência metropolitana, sem desenvolvimento rural e industrial local; em resumo, a Portugal interessava pillar Moçambique (transferência das suas riquezas para Portugal) e manter na ignorância o seu povo. Ainda, argumentava a Frelimo, logo após o 25 de Abril de 1974, que marcou a queda do regime de Marcelo Caetano em Lisboa e abriu caminho para a independência das antigas colónias portuguesas, tinha havido muita sabotagem e anarquia por parte dos colonialistas, os quais transformaram uma economia já atrasada num completo caos.

A guerra civil que flagelou o país durante cerca de dezasseis anos (1976-1992) também

foi apontada como uma das causas da pobreza em Moçambique. Segundo a Frelimo, o país era pobre por causa da guerra civil movida pelos “bandidos armados” da Resistência Nacional de Moçambique (Renamo), os quais, apoiados pelos regimes minoritários e racistas da Rodésia do Sul e África do Sul que, desde o princípio, haviam hostilizado o regime “marxista-leninista” da Frelimo, tinham destruído a base socioeconómica do país⁵. Igualmente, dizia-se que o que tornava a situação mais desesperadora era a vulnerabilidade de Moçambique às catástrofes naturais, que ciclicamente se abatem sobre este país.

Contudo, a explicação da pobreza e subdesenvolvimento pelo factor colonial ou pelo imperialismo não era apenas própria a Moçambique. Também era observável em África e noutros países do chamado terceiro mundo, e era muitas vezes usada para justificar a incapacidade das elites desses países em formular políticas progressistas. Estes discursos e percepções eram certamente influenciados pelo contexto da guerra fria, e pelas teorias de dependência em voga na altura. A independência do Zimbabwe, o fim da guerra fria, do Apartheid e da guerra civil, assim como o abandono do marxismo-leninismo a favor do liberalismo, fizeram com que muitos abandonassem tais teorias para explicar o subdesenvolvimento de Moçambique.

Neste diapasão, portanto, um dos objectivos do artigo será analisar os elementos que compõem o discurso de Guebuza, para, então, explicar as estruturas e os determinantes que lhe estão subjacentes. Inspirando-se em Damon Mayaffre, parte-se do pressuposto segundo o qual o discurso político é sempre, e acima de tudo, uma questão de identidade ou uma estratégia identitária:

Em análise, o principal objectivo de um discurso político não seria, assim, veicular uma mensagem, propagar uma ideologia, incitar à acção, mas afirmar a identidade de um orador para favorecer a identificação de um auditório; afirmar a identidade de um locutor individual (um homem) ou colectivo (um partido, uma classe, um grupo parlamentar, um sindicato) para favorecer a identificação de um público (os militantes, o povo, os eleitores). Em outras palavras, o objectivo de um discurso político é de construir um espaço linguístico no qual o grupo poderá constituir-se, reconhecer-se e existir. (D. Mayaffre, 2003).

Com efeito, e como iremos ver ao longo do texto, a estratégia discursiva de Guebuza é de marcar o seu campo, o seu estilo, a sua identidade, em suma, de se diferenciar dos seus predecessores. Sem perder de vista que o discurso varia, entre outros, segundo o espaço, tempo e o auditório, forçoso é constatar que o discurso de Guebuza difere radicalmente do discurso de seus predecessores.

Guebuza e as causas da pobreza em Moçambique

No discurso da sua investidura como terceiro presidente de Moçambique independente, Armando Guebuza avançou que considerava a pobreza como o “inimigo público número um dos moçambicanos”, e declarou o seu combate como a principal missão do seu mandato (Guebuza, 2 de Fevereiro de 2005). Dois dias mais tarde, na cerimónia da tomada de posse do seu governo, e resgatando a ideia dos tempos do partido único segundo a qual, para sair da pobreza e do subdesenvolvimento, “ (...) temos que abandonar o passo do camaleão (...) (CNICP, 1982.) ”, Armando Guebuza exigia, aos seus ministros, mudança de atitude, mais criatividade e mais celeridade nas suas acções, de modo a vencer-se o mais rápido possível a pobreza (Guebuza, 4 de Fevereiro de 2005). De lá para cá, o *slogan* “todos contra a pobreza absoluta” tem estado na boca de todos os políticos.

Só para se ter uma ideia do lugar que a pobreza e a luta contra a pobreza ocupam no discurso de Guebuza, pode-se olhar para alguns títulos dos seus discursos, nomeadamente os da sua tomada de posse e de seus ministros e os discursos anualmente por ele proferidos na Assembleia da República (AR) na qualidade de presidente da República, no momento em que este faz o balanço das actividades políticas, económicas e sociais do governo durante o ano findo. Estes discursos são vulgarmente designados “estado da nação”.

O discurso da sua tomada de posse intitulava-se: “*A nossa missão: o combate contra a pobreza*”; o da tomada de posse do seu executivo, “*Combate à pobreza: um desafio que exige criatividade e celeridade nas nossas acções. “Na caminhada contra a pobreza”*” é o título do seu primeiro discurso na AR sobre o “estado da nação” em 2005. Os restantes, em 2006 e 2007, intitulavam-se: “*O combate à pobreza: um desígnio nacional*” e “*Unidos, prossigamos com a nossa missão: luta contra a pobreza*”, respectivamente.

Todos foram mobilizados nesta tarefa, da primeira-dama passando pelas instituições próximas da Frelimo, nomeadamente a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e a Organização da Juventude Moçambicana (OJM), até aos antigos combatentes. Colocando ênfase na desconcentração como um dos caminhos a seguir para se vencer a pobreza, e sustentando que é no campo onde a pobreza absoluta tem o seu forte, o distrito foi definido como “pólo de desenvolvimento” e, neste sentido, jovens com formação média e universitária têm sido enviados para trabalhar nos distritos, de modo a suprir a falta de quadros que se verifica nesses locais⁶.

Igualmente, naquilo que a Frelimo chama de “governança aberta e inclusiva”, Armando Guebuza tem-se desdobrado frequentemente em visitas aos distritos e tem mantido reuniões com as respectivas populações. Segundo Guebuza, a presidência aberta e inclusiva é o principal motor “na acção de mobilização das sinergias para a luta contra a pobreza (Guebuza,17

de Maio de 2007: 111) ”. Foi também alocada, a cada distrito, uma verba de 7 milhões de meticais (cerca de 280 mil dólares americanos hoje), oficialmente destinada a gerar emprego, aumentar a renda das famílias e a produzir alimentos⁷.

Uma série de iniciativas chamadas “férias desenvolvendo o distrito”, integrando jovens universitários, também tem sido levada a cabo. Em Maio de 2005, uma “marcha contra a pobreza” partindo de Cabo Delgado, no extremo norte de Moçambique, até Maputo, no extremo sul, foi organizada. Esta marcha, que coincidiu com os trinta anos da independência, também foi aproveitada para fins eminentemente políticos, glorificando-se ou exaltando-se figuras da Frelimo que, segundo o partido, muito contribuíram na luta contra a pobreza em Moçambique. Foi também introduzida uma campanha denominada “*Made in Moçambique*”, visando consciencializar os moçambicanos a “ (...) produzir, consumir e exportar produtos nacionais”: é preciso ter orgulho do que é nosso, orgulho de ser moçambicano, ou seja, é necessário recuperar a auto-estima. Nos termos da campanha, só através da auto-estima e da confiança nas nossas capacidades é possível vencer a pobreza (Guebuza, 19 de Dezembro de 2006).

A cultura de resultado ou da obsessão pelos números ou pela quantidade também está na ordem do dia: “quantificar resultados e lograr excelência é a mensagem dada a todos os ministros” (Guebuza, Março de 2008). Esta obsessão pelos números pode explicar-se pelos compromissos com a agenda internacional dos objectivos de desenvolvimento do milénio, e pela dependência moçambicana em relação aos países doadores, que precisam de mostrar o resultado da ajuda prestada aos seus cidadãos.

A par destas actividades visando “vencer a pobreza”, há um esforço bastante forte e continuado de Armando Guebuza para explicar as prováveis causas da pobreza em Moçambique, que passamos a discutir com mais detalhe.

A pobreza não é uma dádiva divina!

Como que a sacudir a água do capote, retirando a responsabilidade colectiva e do Estado, Guebuza afirma que a pobreza em África e, em particular, em Moçambique, releva da responsabilidade individual, da atitude das pessoas. Alertando os seus ministros para terem em conta estes aspectos durante a sua governação, Guebuza afirma que algumas pessoas são pobres por ignorância ou por crença. Segundo Guebuza, certas pessoas pensam que foram predestinadas ou seleccionadas a serem pobres, pois os seus antepassados, vizinhos ou amigos sempre foram pobres e nada fazem para sair desta situação. Ou seja, as pessoas consideram a pobreza uma fatalidade, da qual não têm como escapar e este é um dos obstáculos que o seu governo deve enfrentar na luta contra a pobreza:

O primeiro destes adversários será o cidadão que assume que a sua condição de pobre é imutável e que, por isso, se resigna a participar nesta grande e exaltante epopeia da nova libertação. É aquele cidadão que parte do princípio de que, tendo os seus progenitores sido sempre pobres, ele não pode aspirar a uma condição diferente. Alguns destes pessimistas podem até ser levados a não ver ou a não reconhecer os progressos em curso à sua volta. Contamos convosco para que, com persistência e determinação, esclareçam que a pobreza não é uma dádiva divina [sic] e que, com o seu trabalho, os moçambicanos vão acabar com a pobreza (Guebuza, 14 de Fevereiro de 2005:30).

Outro obstáculo a ser tomado em conta pelo seu governo é o daquelas pessoas que, influenciadas por aquilo que ele designa de “pregadores da pobreza” ou “profetas da desgraça”, pensam que ser pobre é sinal de honestidade e exemplo de boa conduta:

O segundo adversário é constituído pelos pregadores da pobreza, os profetas da desgraça, aqueles que advogam que esta condição social é sinónima de honestidade e exemplo a seguir por todos os moçambicanos. Para estes pregadores da pobreza, aqueles que não sabem onde e como obter a próxima refeição, aqueles que não têm acesso à educação, saúde, água potável e energia eléctrica, são o exemplo de integridade moral, o estandarte que todos devemos altear com orgulho. Porém, cedo descobrimos que se trata de pessoas hipócritas porque não aceitam essas duras e difíceis condições de vida para eles próprios – são refinados desmobilizadores do Governo da Frelimo e de todos os moçambicanos na sua luta contra a pobreza (Ibid).

Mostrando não ter nenhum pudor em relação à riqueza, considerando-a como uma virtude e não um pecado, e, de certa maneira, justificando o seu enriquecimento (visto por muitos como ilícito ou fruto da posição privilegiada que ocupa no Estado)⁸, Guebuza afirma que todos os moçambicanos podem ser ricos ou devem aspirar a serem ricos, e que, para tanto, devem abandonar a “mentalidade miserabilista” que faz com que tenham vergonha ou medo de serem ricos:

Nós temos de ter a certeza que somos capazes de deixar de ser pobres. Podemos, merecemos e somos capazes de ser ricos. Temos de cultivar a auto-estima. Os recursos são todos nossos. A mentalidade miserabilista de continuar a ser pobre e de que é honesto aquele que é pobre, é uma mentalidade a combater. Deve ser varrida das nossas cabeças. Quando se fala de honestidade, há por aí quem pense que qualquer acto tendente a construir riqueza é por esse mesmo facto, desonesto. É profundamente errado. Se nós questionamos

a seriedade daqueles que, trabalhando, conseguem ter alguma riqueza, estamos a castrar à partida, a possibilidade de combater a pobreza (Guebuza, 28 de Novembro de 2004).

Ainda de acordo com Guebuza, outras pessoas são pobres por preguiça, falta de auto-estima e de criatividade. Para Guebuza, que se dirigia à população de Quelimane, na Zambézia, não é aceitável que, num país com muitos quadros e cientistas e com muitas terras férteis, ainda haja tanta gente tão pobre e com fome. Isto é resultado da falta de amor pelo trabalho, que faz com que as pessoas não explorem a imensa riqueza existente em Moçambique, limitando-se apenas a reclamar (Notícias Online, 19 de Abril de 2007). Este desapego pelo trabalho resultaria, segundo o chefe do Estado, de um deficit de socialização, pelo que Guebuza defende a introdução, nos currículos das escolas primárias, de matérias que incitem as crianças a terem amor pelo trabalho, que privilegiem o saber fazer à teoria (*Ibid*). É por isso que o presidente da Frelimo defende a criação de escolas técnicas e politécnicas em todos os distritos do país⁹.

Na sequência do exposto acima, uma questão em jeito de hipótese merece ser colocada: até que ponto a visão de Guebuza um indivíduo oriundo de uma família protestante não teria sido influenciada pelas suas origens sócio-religiosas? Com efeito, Armando Guebuza vem de uma família profundamente religiosa, professando a religião protestante. Ora, Max Weber, na obra “*A ética protestante e o espírito do capitalismo*”, já discutiu a influência das crenças religiosas nas decisões e posturas de cunho económico dos indivíduos, e como tais atitudes repercutiriam, uma vez agregadas, na economia de determinada região. Especificamente, Weber avança que algumas formas de protestantismo, tais como o calvinismo, o metodismo, pietismo e as seitas Baptistas, ao professarem que todos somos predestinados, seja para a riqueza seja para pobreza (a teoria da predestinação), acabariam por conduzir as pessoas não à resignação, mas ao trabalho contínuo e ao acúmulo de riqueza, pois tal seria a única maneira de tais pessoas provarem que foram predestinadas à riqueza. Ou seja, como não haveria forma de saber quem foi selecionado para a pobreza ou para a riqueza pois é impossível penetrar nos segredos de deus e como deus só ajudaria a quem se ajudasse, as pessoas lutariam para serem ricas e provar, através do trabalho, que foram predestinadas para a riqueza. Só através do trabalho o homem pode sair da pobreza e da miséria e estar mais próximo de Deus. À partida, todos deviam considerar-se como eleitos, porque, como diz Weber:

Por um lado, considerar-se como eleito constituía um dever, toda a espécie de dívida a este respeito deveria ser repelida como se fosse uma tentação do demónio, pois a falta de auto-confiança resultaria de uma fé insuficiente [...]. Por outro lado, a fim de chegar a esta auto-confiança, o trabalho árduo em uma profissão é expressamente recomendado como o melhor meio. Isto e apenas isto dissipa a dívida religiosa e dá a certeza de graça (Weber, 1095: 85).

De acordo com Weber, nestas variantes do protestantismo, a riqueza e propriedade em si não criam problemas de moral, mas sim a preguiça, a mendicidade e o desejo de ser pobre. O que é condenado é o desperdício (do tempo, dinheiro, etc.) e o consumo desmesurado de bens de luxo:

Com efeito, de acordo com o antigo testamento e por analogia com a avaliação ética das boas obras, o ascetismo via o summum do repreensível na persecução da riqueza em tanto que um fim em si mesmo, e ao mesmo tempo considerava como um sinal de bênção divina a riqueza como fruto do trabalho profissional. Mais importante ainda, a avaliação religiosa do trabalho duro, contínuo e sistemático numa profissão secular como meio ascético mais elevado e ao mesmo tempo, a prova mais clara, mais evidente da regeneração e de fé autêntica, constituiu o mais possante suporte que se pode imaginar da expansão desta concepção de vida que nós chamamos, aqui, espírito do capitalismo (Weber, 1905: 151-152).

É justamente por isso que Max Weber situa a origem do capitalismo, bem como a sua concepção de trabalho, na ética protestante.

Esta questão merece ser equacionada por várias razões. Uma delas é o facto de Guebuza ter sido citado várias vezes a solicitar o apoio das igrejas protestantes, dentre as quais, a Igreja Presbiteriana de Moçambique, da qual também é crente que segundo ele, durante o tempo colonial, tinha, através dos ensinamentos bíblicos, ajudado os moçambicanos a perceber que a colonização não era uma fatalidade divina, consciencializando-os politicamente a ajudar a mostrar que a pobreza não é um castigo divino (Guebuza, 1 de Novembro de 2006: 309; Guebuza, 29 de Novembro de 2008: 216).

Também é preciso não perder de vista que, em certos círculos protestantes africanos, a pobreza é também vista como uma questão de mentalidade dos africanos. Pode dar-se o exemplo de alguns discursos do reverendo congolês Paul M. Mpindi da Faculdade de Teologia Evangélica de Bangui, apoiado por outros da mesma religião como Mozart Dino Kile. Segundo Paul Mpindi, os africanos (assim como outros povos do terceiro mundo) continuam pobres porque querem (Kile, 2005). Para além das causas naturais da pobreza em África, as causas humanas seriam determinantes, nomeadamente: irresponsabilidade, ignorância, falta de patriotismo, falta de vontade em sair da situação de pobreza (*Ibid*).

Igualmente para Marc Ravalomanana, presidente de Madagáscar, um protestante (é vice-presidente da Igreja de Jesus Cristo de Madagáscar), a mentalidade e alguns hábitos da cultura malgaxe constituem sérios obstáculos ao progresso. Para Ravalomanana, o problema da pobreza no seu país (um país bastante rico em recursos naturais, mas com muitos pobres) é uma questão de mentalidade:

Eu sou rápido. Sou um homem de negócios: quero resultados. Que importam as soluções? Elas dependem dos meios que temos. Quero mudar a mentalidade malgaxe. E isso na acção e não na teoria. Madagáscar é rico e os malgaxes são pobres. Não posso aceitar isso” (Ravalomanana, 21 de Março de 2004).

Se a menção constante e inequívoca ao trabalho como único meio de sair da pobreza, o apelo a que não se veja a riqueza como um problema moral e a que não se considere a pobreza como castigo divino, aproximam Guebuza do ascetismo weberiano, já a maneira como ele obteve a sua riqueza afastam-no desta concepção.

Entretanto, algo deve ser dito em relação à apologia de Guebuza à riqueza material, que, para além de ser uma tentativa de legitimação da sua própria posição social, sem dúvida também entra em contraste com os ideais de rejeição do luxo, renúncia às preocupações materiais e financeiras e defesa da austeridade dos militantes defendidos pela Frelimo nos primeiros anos da independência quando este partido tinha auto-proclamado o marxismo-leninismo como sua ideologia oficial em 1977. Isto mostra que Guebuza e muitos dos seus compatriotas provavelmente nunca foram marxistas convictos, como queriam fazer crer, facto consubstanciado pela maneira como facilmente abandonaram o marxismo, sem discussão e sem entrar em crise, e adoptaram o liberalismo, do qual são agora fervorosos defensores. Como diz Michel Cahen, diferentemente do Vietname e Cuba onde o abandono do marxismo mudaria profundamente a natureza dos respectivos partidos, o marxismo da Frelimo não constituía a sua característica fundamental, foi apenas um instrumento para legitimar a criação de uma nação moderna de estilo jacobino, com um só partido, uma só língua, um só povo, uma só cultura (Cahen, 1995:87-89). O combate à religião, efectuado com vigor durante os primeiros anos da independência, também deve ser encarado nesta perspectiva, isto é, como um instrumento usado não só para legitimar a ideologia “marxista-leninista”, mas também o estilo de nação então em construção.

Outra hipótese não negligenciável consiste no facto de que a atribuição da pobreza à falta de criatividade, à preguiça ou à falta de auto-estima dos africanos ou dos moçambicanos rompendo com o discurso de muitos líderes africanos segundo o qual África é pobre por causa do colonialismo e do imperialismo pode ser vista, também, como uma maneira de Guebuza querer atrair as simpatias dos Ocidentais e das agências internacionais de ajuda.

A destacar também no discurso de Guebuza sobre a pobreza está o lugar que é dado ao papel da ajuda externa. Mesmo se na realidade a situação é outra, pois Moçambique continua a depender extremamente da ajuda internacional para se desenvolver; mesmo quando se sabe que a legitimidade e a sobrevivência do governo e do Estado dependem mais da ajuda externa do que da sua capacidade em produzir políticas capazes de eliminar a pobreza, o dis-

curso actual tenta minimizar o papel e o impacto da ajuda externa, colocando-a num plano secundário. Procura-se inculcar a ideia de que viver de “mão estendida” não dignifica em nada os Moçambicanos, devendo a ajuda externa ser considerada apenas como um complemento e não como um substituto do esforço dos Moçambicanos na sua luta contra a pobreza (Guebuza, 30 de Novembro de 2005:9).” Esta “mentalidade de dependência”, segundo Guebuza, só pode acabar com mais trabalho, mais criatividade, aproveitando da melhor maneira a imensa riqueza que o país dispõe (Notícias Online, 25 de Abril de 2007).

No meio disto tudo, parece também importante questionar até que ponto a estratégia de desenvolvimento, centrada no distrito, cujo ponto mais visível é a distribuição dos sete milhões de meticais, não seria um mero prolongamento das práticas neo-patrimoniais que caracterizam, para muitos analistas, o funcionamento do Estado moçambicano¹⁰. Dito de outra maneira, não seria esta a forma encontrada para redistribuir os recursos do Estado pelos escalões mais baixos ou periféricos da Frelimo, uma vez que estes dificilmente têm acesso ao centro? Como se sabe, num contexto neo-patrimonial, a sobrevivência do *Big Man* depende, dentre outros factores, da sua capacidade de redistribuir. Com efeito, existem evidências de que este fundo é, na sua maioria, atribuído a elementos próximos do partido Frelimo e do Estado (antigos combatentes, membros da OMM, da OJM e outros) sem que se tenha em conta a viabilidade dos projectos de desenvolvimento por eles apresentados (Forquilha, 2009).

Entretanto, a par desta nova concepção da pobreza e subdesenvolvimento em Moçambique, forçoso é constatar que outros factores considerados por Armando Guebuza como obstáculos ao desenvolvimento ou perpetuadores da pobreza no país continuam basicamente os mesmos, cerca de 30 anos depois da independência. Tanto hoje como ontem fala-se do “deixa-andar” (desleixo), do “burocratismo” (excesso de burocracia), da corrupção, do crime e das doenças endémicas, situação que fica clara ao compararmos um discurso do presidente Samora Machel de 1980 com os vários discursos de Armando Guebuza (Guebuza, 13 de Dezembro de 2007; 19 de Dezembro de 2006; 6 de Dezembro de 2005). Com efeito, para Samora Machel, dentre os diferentes factores que bloqueavam o desenvolvimento de Moçambique, encontravam-se:

[a] Falta de direcção [...] O burocratismo instalado como método de trabalho; a rotina como modo de vida, a rotina como um valor a preservar; a promoção da incompetência; o desleixo, o desinteresse, considerados como algo normal; a falta de sentido de organização; a indisciplina, o roubo, o alcoolismo, a falta de pontualidade; o desperdício; o esbanjamento; a destruição; a falta de higiene e limpeza; falta de cortesia; corrupção; suborno (Machel, 1980).

“Ofensivas políticas e organizacionais”, caracterizadas por visitas-surpresa a empresas, hospitais, ministérios e outras instituições estatais para denunciar e combater estes “males” foram muitas vezes levadas a cabo pelo próprio Samora Machel. Embora não tenham durado muito tempo, estes métodos de trabalho foram também reintroduzidos nos primeiros meses da governação de Armando Guebuza, com a diferença de que eram levados a cabo pelos ministros e não pelo presidente. Como se pode constatar, Guebuza utiliza, por vezes, o estilo “machelista”, com a diferença de hoje estar ao serviço de uma orientação neo-liberal.

Outro aspecto, que não constitui novidade no discurso de Guebuza e que sempre esteve omnipresente no discurso da Frelimo, é a questão da unidade nacional, considerada como fundamental para a eliminação da pobreza. É por isso que Guebuza tem constantemente reiterado que o tribalismo, o regionalismo, o boato, a intriga, a calúnia e outras formas de divisão fazem também parte dos principais obstáculos ao desenvolvimento de Moçambique.

Por exemplo, consciente dos perigos que representam os desequilíbrios regionais e intra-regionais que caracterizam a economia de Moçambique com o Sul (sobretudo Maputo que parece uma ilha em relação ao resto do país), por razões sócio-históricas a região mais desenvolvida do país, Guebuza tem afirmado repetidamente que a pobreza em Moçambique não é só dos Moçambicanos do norte ou do centro, mas sim de todos, independentemente da região, etnia, estrato social, de viverem no campo ou na cidade. Há, igualmente, um esforço para mostrar que os investimentos não estão a ser feitos apenas em Maputo ou no Sul, mas em todo o país, como ilustra esta alocução de Armando Guebuza no parlamento moçambicano:

...As dificuldades por que passam os distritos de Metarica e de Lago, no Niassa, têm a mesma dimensão que aquelas por que passam Chigubo e Massagena, em Gaza [...]. Os constrangimentos decorrentes da insuficiência de infra-estruturas no Posto Administrativo de Mulima, em Sofala, têm semelhanças com aqueles que afligem o Posto Administrativo de Cóbue no Niassa, Nhakapiriri e Nkanta em Tete, bem como Motaze e Macandza na Província do Maputo. Os pedidos de melhoria de serviços que se fazem na Zona Verde e na Inhaca, na Cidade de Maputo são idênticos aos de Meti, em Nampula, Mawayela, em Inhambane e Mecaune, na Zambézia. As expectativas que a construção da ponte sobre o Rio Lugela está a criar nos distritos de Mocuba e Lugela, na Zambézia, são idênticas às que está a criar a reconstrução da ponte sobre o Rio Meluli, que ligará os distritos de Moma e de Angoche, em Nampula, e a de Guijá que ligará os distritos de Chokwé e Guijá. A alegria que despertou a melhoria na disponibilidade de água, em quantidade e em qualidade na cidade de Inhambane foi idêntica à que assistimos nas cidades de Pemba, Tete e Quelimane quando os sistemas locais entraram em funcionamento. A entrada em funcionamento da fábrica de processamento de castanha de caju,

em Chiúre, Cabo Delgado está a criar novas fontes de rendimento para as populações locais, como está a criar a fábrica de processamento de tabaco em Tete [...]. Neste sentido: nenhuma parcela do nosso Moçambique se pode considerar livre de uma ou de todas estas manifestações da pobreza; nenhum cidadão se pode considerar imune aos efeitos destas manifestações sobre si, seu familiar, amigo ou vizinho. Ao mesmo tempo, estas constatações também nos ajudam a compreender as razões fundamentais por que a luta contra a pobreza é a agenda de todos os moçambicanos, no campo e na cidade, em todo o solo pátrio (Guebuza, 19 de Dezembro de 2006:321-322).

A preocupação de Armando Guebuza em “nacionalizar” e homogeneizar a pobreza e o subdesenvolvimento decorre do sentimento de alguns moçambicanos do norte do rio Save que os encaram como sendo apenas específicos às suas regiões e como um acto deliberado e intencional do governo “tribalista” e “regionalista” da Frelimo (cuja liderança foi sempre dominada por gente do sul, o que já criou sérios conflitos durante a luta anticolonial) de modo a perpetuar a dominação das respectivas populações. Este discurso visa também contrapor as acusações dos adversários políticos da Frelimo, principalmente da Renamo (partido cuja maior parte de liderança é oriunda do norte do rio Save e fortemente implantada nesta região), segundo as quais “o que é nacional em Moçambique se restringe somente à cidade-capital Maputo” ou que a “burguesia em Moçambique é Maputense e não nacional” (João Colaço, 2007). Para estes moçambicanos, se “ontem a metrópole era Lisboa, hoje a metrópole é Maputo” e “o colonizador só mudou de cor”. Este sentimento de marginalização e exclusão resulta da incapacidade do Estado e das elites dirigentes da Frelimo que estão no poder desde 1975 em promover o desenvolvimento e em alterar o *status quo* herdado do colonialismo, reduzindo as assimetrias regionais cujas origens remontam aos finais do século XIX, aquando da implementação do capitalismo colonial em Moçambique. Este capitalismo colonial teve como consequências, entre outras, a mudança de capital da Ilha de Moçambique, em Nam-pula, norte de Moçambique, para Lourenço Marques (actual Maputo) no extremo sul, marginalizando completamente esta região de “velha colonização” e seu antigo coração económico e político, bem como as respectivas elites; e a transformação da economia de Moçambique numa “economia de serviços”, construção de portos e caminhos-de-ferro virados essencialmente para servir as antigas colónias britânicas simbolizada pelos portos da Beira no Centro e Maputo, regiões que conheceram um grande desenvolvimento económico, tornando-se nas duas principais cidades do país. Contudo, Maputo, assim como o resto da região sul (transformada numa reserva de mão-de-obra para as minas sul-africanas), é que saíram mais beneficiadas desta nova conjuntura, tornando-se, a partir deste período, na região mais importante do ponto de vista económico.

Por fim, não se pode dizer que a explicação pelos factores externos da pobreza e do sub-desenvolvimento em Moçambique tenha completamente desaparecido. Quer-se apenas dizer que, após ter sido a explicação primária durante um largo período, ela ocupa hoje um lugar secundário. Com efeito, de tempos a tempos, tem-se ouvido Armando Guebuza a dizer que a alta dos preços do petróleo e dos combustíveis é que perpetua a pobreza dos moçambicanos (UOL Economia, 22 de Abril de 2008).

Conclusão

Ao longo deste texto procurou-se mostrar a concepção de pobreza e desenvolvimento em voga em Moçambique desde a entrada em cena de Armando Guebuza, em 2005, como presidente da República. Esta concepção, que como se viu insiste no facto de que a pobreza decorre da atitude, de uma “mentalidade de pobreza”, de um “espírito fatalista” ou de uma “mentalidade de dependência”, embora diferente da dos seus predecessores, apresenta contudo alguns traços de continuidade, como foi demonstrado. Também foi demonstrado que a Frelimo, retirando a sua responsabilidade ou a do Estado da actual situação, sempre preferiu culpar o outro, e não se refere jamais a factores que perturbam o normal funcionamento do Estado e da economia, concorrendo, directa ou indirectamente, para a perpetuação da pobreza, nomeadamente a excessiva partidarização do Estado, o que faz com que a filiação partidária prima sobre a competência, a má gestão e o esbanjamento dos fundos públicos e da ajuda internacional. Mostrou-se também que a incapacidade de produzir políticas alternativas (que não as do BM e FMI, por exemplo) capazes de acabar ou minimizar a pobreza, acusando sempre o outro (externo ou interno), sempre fez parte do discurso frelimista, tendo apenas mudado de alvo. É o “mecanismo de bode expiatório”.

Para terminar, pode-se dizer que, embora Guebuza tenha uma explicação diferente das causas da pobreza em Moçambique, não se pode perder de vista que o lugar central ocupado pela luta contra a pobreza no seu discurso responde, antes de mais, a uma agenda definida internacionalmente pelos doadores aos países pobres, principalmente aos países africanos. Com efeito, se as instituições de ajuda internacional definiram a pobreza e o seu combate como sua razão de ser, em todos os países africanos, ela é também, oficialmente, a prioridade dos respectivos governos. Temas como “Descentralização”, “Revolução Verde”, “combate à corrupção”, entre outros, considerados por Guebuza como fundamentais para o fim da pobreza em Moçambique, não são nada mais, nada menos, do que a implementação dessa agenda. A questão é: em que medida o que é designado, pelo governo de Guebuza, de “Agenda nacional de luta contra a pobreza”, se pode considerar “nacional”, se o país depende extremamente da ajuda internacional cuja obtenção exige a aplicação das suas políticas?

Enfim, se a definição da luta contra a pobreza é, em grande medida, reflexo de exigências de elementos externos ao país, a sua apropriação discursiva, assim como a sua interpretação pelos actores nacionais, dá-se de diversas maneiras, as quais reflectem as características da elite política do país. Nesta linha de análise, o discurso de Guebuza sobre a pobreza revela-nos um indivíduo com pendor populista e um fervoroso adepto do enriquecimento.

Notas

¹ Entre outros, os ODM preconizam a redução da pobreza extrema a nível mundial, entre 1990 e 2015, para metade, bem como a partir de 1995 ter todas as crianças do mundo escolarizadas até 2015.

² Respondendo a esta exigência, Moçambique elaborou, em 2000, o seu primeiro plano de acção contra a pobreza, chamado localmente de Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), e correspondente ao período 2001-2005. Este programa, conhecido por PARPA I, tinha como objectivo reduzir a pobreza absoluta, estimada em 70% em 1997, para menos de 60% em 2005, e para menos de 50% no final da década 2000. De acordo com os critérios usados oficialmente para definir e medir a pobreza absoluta, pode dizer-se que um dos objectivos foi cumprido, porque, de acordo com dados oficiais, nesse período o número de pessoas vivendo na pobreza absoluta reduziu para 54%. Igualmente, em 2001, o país beneficiou de um importante alívio de dívida. O PARPA I foi substituído por um outro, o PARPA II, que cobre o período 2006-2009 e visa passar dos actuais 54% “pobres absolutos” para 45% em 2009, ou seja, no final do mandato do actual governo.

³ Moçambique, Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano 2007, PNUD 2007, p. 7. Há divergências entre estes dados e os dados constantes no sítio da Internet referentes às estatísticas do PNUD, onde o Índice de Desenvolvimento Humano de Moçambique em 2006 está em 0,384 e a esperança de vida em 42.8 anos. Ver Human Development Reports, http://hdrstats.undp.org/countries/data_sheets/cty_ds_MOZ.html, consultado a 13 de Novembro de 2007; Global Human Development Report 2007/2008, p. 237, http://hdr.undp.org/en/media/hdr_20072008_en_complete.pdf, consultado a 27 Novembro 2007. Sobre tais discrepâncias, o jornalista Tomás Vieira Mário, editor executivo do Relatório Nacional de 2007, escreveu um artigo no semanário Savana de 7 de Dezembro de 2007, no qual levanta duas hipóteses para estas diferenças: 1) diferentes fontes utilizadas; 2) diferentes projecções de população utilizadas. Segundo Vieira Mário, o *Global Human Development Report* vale-se de dados estatísticos obtidos junto às instituições das Nações Unidas, não se fiando nos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), os quais são, no entanto, utilizados pelo Relatório Nacional. Ademais, as projecções de população daquele também se baseiam em dados das Nações Unidas, os quais divergem dos dados do INE, projectando um país mais populoso, e, portanto, com mais pessoas a dividir a riqueza nacional do que de acordo com os últimos dados obtidos pelo INE. Para mais detalhes ver, CEDE, AfriMAP, OSISA, *Democracia e Participação Política em Moçambique*, (no prelo).

⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH, ou Human Development Index, HDI), juntamente com uma série de outros índices, foi introduzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1990, com o objectivo de melhorar a avaliação dos progressos obtidos pelos países no seu processo de desenvolvimento. O IDH procura medir se os habitantes de determinado país: 1) vivem uma vida longa e saudável (esperança de vida à nascença); 2) adquirem conhecimento (taxas de analfabetismo entre adultos e taxas de matrícula nos níveis primário, secundário e terciário entre os jovens); 3) possuem um padrão de vida decente (produto interno bruto *per capita* ajustado pela paridade do poder de compra (PPP) em dólares). Para mais detalhes, consultar UNDP, 2007, *Measuring Human Development, A Primer, Guidelines and Tools for Statistical Research, Analysis and Advocacy*, disponível em http://hdr.undp.org/en/media/Primer_intro.pdf, consultado em 29 de Outubro de 2008.

⁵ A Renamo teria sido criada e financiada pelo regime de Ian Smith. Em 1977, naquilo que é considerado uma das guerras mais mortíferas da África pós-colonial, a Renamo começou uma guerra sem quartel contra o regime de Maputo. Esta guerra só terminou em 1992, com a assinatura dos acordos de paz em Roma.

⁶ Do ponto de vista administrativo, Moçambique está dividido em províncias, distritos, postos administrativos, localidades. Assim, uma província é constituída por vários distritos, os quais são divididos, por sua vez, em postos administrativos, estes em localidades. É preciso sublinhar, também, que a ideia de considerar o distrito como “pólo de desenvolvimento” não começa com o actual governo, mas sim com a lei 8/2003 de 19 de Maio, que considera o distrito como sendo a “unidade territorial principal da organização e funcionamento da administração local do Estado e base da planificação do desenvolvimento económico, social e cultural da República de Moçambique” (Boletim da República, 19 de Maio de 2003). Guebuza teve apenas o mérito de pôr em prática esta ideia, não só ao atribuir a verba supracitada, mas ao desenvolver um conjunto de iniciativas que enfatizam o distrito.

⁷ Os governos distritais foram acusados de desvio de aplicação, usando o dinheiro para reabilitar e apetrechar os palácios dos administradores, suas casas, bem como as de outros altos funcionários locais, compra de viaturas particulares. Igualmente, a Renamo acusa a Frelimo de, ao invés de usar este dinheiro para desenvolver os distritos, usá-lo para benefício próprio e para aliciar membros de outros partidos, sobretudo seus. Acusa-a também de usar esta verba para corromper outras pessoas influentes tais como régulos, chefes religiosos para estarem contra a Renamo.

⁸ Guebuza é considerado um dos homens mais ricos de Moçambique, possuindo participações em diferentes sectores de actividade económica.

⁹ Paradoxalmente, ao mesmo tempo que Guebuza diz às pessoas que estas passavam fome e estão na miséria por preguiça e falta de amor pelo trabalho, os camponeses da província de Tete diziam-lhe, uma semana depois de ter falado à população de Quelimane numa situação que já não constitui novidade e sempre foi motivo de discórdia, que a sua produção estava a apodrecer por falta de mercado e de vias de acesso, e que ameaçavam reduzir as áreas de cultivo se a situação não fosse resolvida (Notícias Online, 25 de Abril de 2007).

¹⁰ Autores como Braathen & Orre (2001), Forquilha (2008 e 2009) já tinham sublinhado o carácter neo-patrimonial do Estado moçambicano. O conceito de neo-patrimonialismo deve necessariamente ser ligado ao conceito de patrimonialismo, inicialmente desenvolvido por Max Weber e retomado em seguida por muitos investigadores trabalhando sobre os países em vias de desenvolvimento. Weber utilizava a expressão para designar um estilo específico de autoridade nas chamadas sociedades tradicionais, onde o senhor ou Big Man dominava essencialmente graças ao seu poder e prestígio pessoal. Os dominados eram tratados como partes integrantes do seu património individual. Largamente personalizada, a autoridade era mais determinada pelas preferências do Big Man do que pelo sistema de justiça. Mas, como a sobrevivência do Big Man dependia da estabilidade política, este recorria à distribuição e redistribuição selectivas de favores e benefícios materiais aos seus seguidores que constituíam a sua clientela. O patrimonialismo distingue-se do neopatrimonialismo no sentido de que o primeiro é um sistema primitivo de gestão baseado puramente em relações e regras informais. Weber distinguia o patrimonialismo de um sistema burocrático legal racional, onde a autoridade repousa estritamente sobre regras formais. Por sua vez, o neopatrimonialismo é um fenómeno moderno ou uma forma moderna de patrimonialismo, que contrasta com o patrimonialismo clássico estudado por Max Weber. Numa gestão neopatrimonial, há um princípio de diferenciação formal e subjectiva entre a esfera privada e a esfera pública, característico de todo o sistema burocrático legal racional. Mais do que falar de uma confusão absoluta entre a esfera pública e privada, fala-se mais de grau variado de confusão. Sobre o conceito de neo-patrimonialismo aplicado aos países africanos, ver por exemplo, J. F. Médard (1990 e 1991); Chabal & Daloz (1999).

Referências

- Agência de Informação de Moçambique (AIM). 2008. “Guebuza empossa novos ministros”, Portal do Governo de Moçambique, 12 de Março, http://www.govnet.gov.mz/noticias/news_folderpolitica/Marco%202008/nots_po_144_mar_08, (consultado a 20 de Junho de 2008).
- Agência Lusa. 2008. “Moçambique culpa cereais e petróleo pelo aumento da pobreza”, UOL ECONOMIA, 22 de Abril, <http://economia.uol.com.br/ultnot/lusa/2008/04/22/ult3679u3655.jhtm>, (consultado a 20 de Junho de 2008).
- Braathen, Einar; ORRE, Aslak. 2001. ‘Can a patrimonial democracy survive? The case of Mozambique’, Forum of Development Studies, no. 2, <http://se2.isn.ch/serviceengine/FileContent?serviceID=10&fileid=C1A05FE1-1B6D-EFC4-A31F-677AB36DA111&lng=en>, (consultado a 30 de Janeiro de 2009), pp. 199/239.
- Cahen, Michel. 1995. “Transitions en Afrique lusophone”, *Lusotopie* 1995, Paris, Karthala, pp. 85-104.
- AfriMAP, OSISA.2009., Democracia e Participação Política em Moçambique, Joanesburgo, Open Society Fondation.
- Chabal, Patrick; DALOZ, Jean-pascal .1999. *L’afrique Est Partiel! Du Desordre Comme Instrument Politique*, Paris, Economica.
- Colaço, João.2007. “Discurso apresentado na Assembleia da República em Dezembro de 2007”, Ivone, Maria Soares, Renamo denuncia que PES não tem estratégia nem cabeça, <http://mariaivonesoares.blogspot.com/2007/12/renamo-denuncia-que-pes-no-tem.html>, (consultado a 16 de Junho de 2008).
- Comissão Nacional de Implementação dos Conselhos de Produção (CNICP). 1982. *Temos que abandonar o passo do camaleão*, Maputo, Frelimo, Cadernos dos Conselhos de Produção, 7.
- Deaton, Angus. 2009. “A star is born”, *Development Economics through the Decades: A Critical Look at 30 Years of the World Development Report*, Yusuf, Shahid, (org), Washington, The World Bank, pp. 1-18.
- Deaton, Angus. 2009. “Freeing the world of poverty”, *Development Economics through the Decades: A Critical Look at 30 Years of the World Development Report*, Yusuf, Shahid, (org), Washington, The World Bank, pp. 19-49.
- Forquilha, Cadete. 2008. «“Remendo novo em pano velho”: o impacto das reformas de descentralização no processo de governação local em Moçambique», *Conference Paper 10*, IESE, Maputo.

- Forquilha, Cadete. 2009. *Reformas de Descentralização e Redução da Pobreza num Contexto de Estado neo-patrimonial. Um olhar a partir dos Conselhos Locais e OIII em Moçambique*, (no prelo).
- Governo de Moçambique (GM). 2001. *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005)* (PARPA), Maputo.
- Governo de Moçambique. 2006. *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (2006-2009)* (PARPA II), Maputo.
- Governo de Moçambique. 2006. *Plano económico e social para 2007*, Maputo.
- Guebuza, Armando. 2004. Podemos, merecemos e somos capazes de ser ricos, *Domingo*, 28 de Novembro.
- Guebuza, Armando. 2005. *Na caminhada contra a pobreza. Comunicação sobre o estado da nação apresentada na Assembleia da República*, Maputo, 30 de Novembro de 2005.
- Guebuza, Armando. 2006. “A nossa missão: O combate à pobreza” (2 de Fevereiro de 2005), CEDIMO (ed.), *A nossa missão: O combate à pobreza*, vol. I, Maputo, pp. 8-16.
- Guebuza, Armando. 2006. “Combate à pobreza: um desafio que exige criatividade e celeridade nas nossas acções” (4 de Fevereiro de 2005), CEDIMO (ed.), *A nossa missão: O combate à pobreza*, vol. I, Maputo, pp. 17-22.
- Guebuza, Armando. 2007. “Estado da nação. O combate à pobreza: um desígnio nacional”, (19 de Dezembro de 2006), CEDIMO (ed.), *A nossa missão. Decisão tomada, decisão cumprida*, vol. II, Maputo, 317-335.
- Guebuza, Armando. 2007. “Instituições religiosas: Na solidariedade humana, um prestimoso tributo na luta contra a pobreza -Comunicação de Sua Excelência Armando Emílio Guebuza, Presidente da República de Moçambique”, (2 de novembro de 2006), CEDIMO (ed.), *A nossa missão. Decisão tomada, decisão cumprida*, vol. II, Maputo, pp. 305-309.
- Guebuza, Armando. 2008. “Governança aberta e inclusiva: a outra faceta do nosso compromisso em cada vez melhor servir o maravilhoso povo”, (17 de Maio de 2007), CEDIMO (ed.), *A nossa missão. Presidência aberta e inclusiva. Diversificando os canais de interacção com os nossos compatriotas*, vol. III, Maputo, pp. 110-111.
- Guebuza, Armando. 2008. “Unidos, prossigamos com a nossa missão: luta contra a pobreza”, (13 de Dezembro 2007), CEDIMO (ed.), *A nossa missão. Presidência aberta e inclusiva. Diversificando os canais de interacção com os nossos compatriotas*, vol. III, Maputo, pp. 389-410.
- Guebuza, Armando. 2009. “Igreja Presbiteriana de Moçambique: seu papel e da sua juventude no brotar do nacionalismo”, *A nossa missão. Distrito como pólo de desenvolvimento*, vol. IV, Maputo, pp. 215-222.

- Hagenaars, Aldi (1986). *The perception of poverty*, Amsterdam, North Holland Publishing Company.
- Johner, Michel .2002/3. “Travail, richesse et propriété dans le protestantisme”, *Revue Réformée*, 218, <http://www.unpoissondansle.net/rr/0206/index.php?i=5> (consultado a 26 de Junho de 2008).
- Kile, Mozart Dino .2005. “Pauvreté dans le tiers-monde, un défi à relever”, *Promesses*, <http://www.promesses.org/arts/153p12-15f.html> , (consultado a 26 de junho de 2008).
- Machel, Samora. 1980. *Transformar o aparelho do Estado no instrumento da vitória*, Maputo, Frelimo.
- Machel, Samora. 1983. *A Luta contra o subdesenvolvimento*. Textos e documentos, Maputo, Frelimo.
- Mayaffre, Damon. 2003. “Dire son identité politique. Etude du discours politique français au XX^e siècle”, *Cahiers de la Méditerranée*, 66, 247-264.
- Médard, Jean-François. 1990. “L’État neopatrimonialisé”, *Politique Africaine*, 39, Paris, Karthala, pp. 25-36.
- Médard, Jean-François. 1991. “L’État néo-patrimonial en Afrique noire”. États d’Afrique noire : Formation, mécanisme et crise. J-F Médard (dir.); Paris, Karthala, pp.323-353.
- Notícias Online. 2007. “Falta de hábito ao trabalho perpetua fome no país - considera presidente Amando Guebuza”, *Notícias*, 19 de Abril, <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/berwsea0.simples>.
- Notícias Online. 2007. “Excedentes apodrecem nos celeiros de Tete”, *Notícias*, 25 de Abril, <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/berwsea0.simples>.
- Ravalomanana, Marc .2008., “Je veux d’abord changer Madagascar “, <http://forum.lixium.fr/v-4425131.htm>, (consultado a 26 de Junho de 2008).
- Sindzingre, Alice. 2006. *Institutions, Développement et Pauvreté*, Document de Travail, 20, Julho, http://www.afd.fr/jahia/webdav/site/afd/users/administrateur/public/publications/documents-de-travail/ddt20_en.pdf ,(consultado a 21 de Agosto de 2008).
- Stewart, Frances, SAITH, Ruhi, HARRISS-WHITE, Barbara. 2007. *Defining Poverty in the Developing World*, Palgrave Macmillan.
- UNDP. 2007. *Measuring Human Development, A Primer, Guidelines and Tools for Statistical Research, Analysis and Advocacy*, http://hdr.undp.org/en/media/Primer_intro.pdf, (consultado em 29 de Outubro de 2008).
- Weber, Max, L’éthique protestant et l’esprit du capitalisme (1904-1905), http://classiques.uqac.ca/classiques/Weber/ethique_protestante/Ethique_protestante.pdf (consultado a 20 de Agosto de 2008).